

Nome: Eugênio Mattioli Gonçalves

E-mail: pu2wik@gmail.com

Instituição de Ensino: USP

Orientador: Sérgio Cardoso

É POSSÍVEL PENSAR RAZÃO DE ESTADO HOJE?

Resumo: Em consonância com o tema proposto pelo evento, esta comunicação se propõe a problematizar, brevemente, a atualidade do conceito de razão de Estado.

Apesar da formulação do termo remontar ao séc. XVI, princípios daquilo que a teoria política viria a considerar sob a égide da idéia de razão de Estado remontam à antiguidade clássica. Até hoje, porém, tentar encontrar a origem da idéia de razão de Estado é uma questão que gera controvérsia.

Quanto ao termo em si, a maioria dos comentadores parece concordar em que o primeiro a utilizá-lo no intuito de descrevê-la teria sido Giovanni Della Casa, em seu *Orazione a Carlo V*, de 1550. De Mattei, entretanto, aponta que no diálogo *Del Reggimento di Firenze*, composto por Guicciardini entre 1521 e 1523, um dos interlocutores se refere à “*ragione degli Stati*”. Não surpreende, pois, que pouco profícua pareça a discussão sobre a nomeação primeira do conceito; a afirmação de Etienne Thuau sobre a presença do vocabulário estadista na França do começo do século XVII se aplica também – ainda que em menor medida – à Itália do XVI:

O impulso estatizante é perceptível na linguagem da época, e é possível observar uma inflação [no uso] de expressões onde entra a palavra “Estado”. (...) nos deparamos com “escrúpulos de Estado”, “considerações de Estado”, “quimeras de Estado”, “crimes de Estado” e “imprudências de Estado”. Nessas expressões, o qualificativo “de Estado” é equivalente a “política”, e assume portanto o sentido próprio de “que diz respeito à coletividade racionalmente organizada ou ao aparelho de direção” (...). Mas dessas expressões, as que ocorrem mais freqüentemente são “razão de Estado”, “golpe de Estado”, “necessidade de Estado” e “mistério de Estado”. (THUAU, E. *Raison d'Etat et pensée politique à l'époque de Richelieu*. Paris: Albin Michel, 2000, p. 394)

Aqui, por razão de Estado, começa a ser esboçada a concepção de uma razão política, uma urgência de grau superior que o príncipe deve realizar – necessária por se vincular à proteção do governo e de seu próprio poder, e por isso elevada a uma instância maior –, que justificaria o uso da dissimulação ou outras ações anteriormente injustificáveis.

É claro que essa temática não é inédita na história da filosofia. Do discurso ciceroniano do útil e do honesto à derroga em Tomás de Aquino, a discussão sobre a justiça ou tirania de um governante a partir de suas ações no poder remete à *República* de Platão. Mas é somente no solo desse Renascimento europeu, num retorno aos antigos que passa a cultivar novamente a esfera política, que brota o debate sobre os Estados e as razões que deveriam [ou não] guiá-los.

Quase paradoxalmente, contudo, um autor que nunca se referiu diretamente à razão de Estado se torna para os modernos referência quase unânime à questão: Nicolau Maquiavel. O peso desse suposto pioneirismo que se atribui a seu nome é tão grande no período que o debate sobre o novo discurso político passa a se tornar quase indissociável da recepção das obras do filósofo.

A partir de *O Príncipe* (1532), livro que se espalha rapidamente por todo o continente, ‘Maquiavel’ e ‘maquiavelismo’ se convertem em expressões gradualmente utilizadas como sinônimos, mas de real significado cada vez mais distinto. Tomando por base passagens polêmicas do livro, como os discursos sobre os usos da crueldade (capítulo VIII), da maldade (XV) e da mentira (XVIII), seus interlocutores da Contra-Reforma passam a reforçar uma imagem que pouco a pouco vinha surgindo: a de Nicolau Maquiavel como um pensador demoníaco, e de sua teoria (o ‘maquiavelismo’), um punhado de escritos do mal. Toda uma literatura da época, assim, encontra nas passagens do florentino – especialmente nas referidas à conservação do poder de um governo – o ícone maior do que viriam a considerar como *a razão do inferno*.

Mas apesar do ódio despertado por Maquiavel na Igreja – classificado como “endemoniado, (...) monstro saído do inferno em forma humana, (...) flor fedorenta da bela cidade das flores” –, a nova teoria supostamente trazida por sua obra não podia ser ignorada. Nas palavras de Benedetto Croce:

Não restava, pois, que começar a trabalhar no que tange àquela ciência; e a domesticá-la, amansá-la, cortar-lhe as pontas afiadas demais, ou buscar conciliá-la (...) com as doutrinas ortodoxas, e sujeitá-la à religião e à moral religiosa. (CROCE, B. *Storia dell'età barocca in Italia*. Bari: Laterza, 1946, 77)

Assim, em oposição à ‘cruel’ lógica política divulgada pelo florentino, é alavancado pelo conservadorismo da Contra-Reforma um movimento que viria a ser conhecido como o do *anti-maquiavelismo*. Aqui, mais do que um mero esforço em bradar contra o imoralismo maquiaveliano, é patente a tentativa de adaptar a nova

ciência de príncipes às exigências morais e espirituais da fé cristã. Tal como o maquiavelismo, sua corrente antagonista constitui também ela um leque disforme e heterogêneo de textos, nesse caso conectados entre si através dessa “luta pelo bem”, encarnada no confronto a Maquiavel.

De um modo geral, essa luta entre interpretações acerca do maquiavelismo caracteriza a razão de Estado, de seu período áureo – formação dos Estados modernos – até os debates mais recentes sobre a questão.

Contudo, acontecimentos recentes, como os atentados de 11 de setembro de 2001, bem como a revelação de documentos sigilosos da Agência de Segurança Nacional (NSA) estadunidense, dão fôlego à perspectiva de se analisar tais episódios sob a ótica da referida noção. Disso, a pergunta que surge aqui é: seria possível, portanto, pensar a razão de Estado hoje?

Palavras-chave: razão de Estado; Estado; maquiavelismo.